Praticando Concursos

SIMULADO 25

SIMULADO PREPARATÓRIO · CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/PMSG/2026 · BANCA INSTITUTO SELECON

GUARDA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO – RJ

GUARDA MUNICIPAL – REVISÃO FINAL 25

CADERNO DE QUESTÕES

NOME DO CANDIDATO	INSCRIÇÃO

Nível
MÉDIO

Cargo
GUARDA MUNICIPAL

Turno sugerido
MANHÃ

SIMULADO
25
Revisão Final 25 de 30
Todo o edital

Bloco	Disciplina	Qtd.	Peso
I	Língua Portuguesa	15	1
II	Noções de Direito	20	1
III	Legislação Extravagante	15	1
IV	Conhecimentos Específicos	20	2
V	Informática	10	1

Nível: padrão SELECON

Antes de começar

Este é um **simulado de revisão final**: cobra **todo o edital**, na distribuição real da prova (15 + 20 + 15 + 20 + 10). **Nível padrão SELECON.** Questões calibradas no nível real da banca: letra da lei, casos práticos curtos e alternativas próximas, como na prova.

Quando fazer: na reta final, depois de estudar todo o conteúdo. Faça em um só bloco, de preferência pela manhã, no horário da prova, e corrija com o gabarito comentado logo em seguida.

Sobre o material

- Este caderno contém **80 questões objetivas**, com **4 alternativas** (A, B, C e D) e uma **única correta**, no padrão da banca **Instituto SELECON**.
- Ao final há uma **Folha de Respostas**. Marque nela suas respostas e só depois confira no **Gabarito Comentado** (arquivo separado).
- Todas as questões são **inéditas e autorais**, elaboradas conforme o Edital nº 001/PMSG/2026 e a legislação vigente na data do edital.

Sobre a duração

- Tempo: **4 horas**, como na prova real. Use cronômetro e não consulte material.
- Reserve os últimos 15 minutos para transcrever as respostas para a Folha de Respostas.

Sobre a pontuação

- Conhecimentos Específicos têm **peso 2**; as demais disciplinas, peso 1. Total: **100 pontos**.
- Depois de corrigir, anote os assuntos que errou no quadro de diagnóstico do gabarito e revise-os antes do próximo simulado.

Material de estudo elaborado por Praticando Concursos. Não é prova oficial do concurso.

PREPARATÓRIO COMPLETO · GUARDA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Quer a preparação completa para a GM de São Gonçalo?

Videoaulas de todo o edital, monitoria para tirar dúvidas, banco de questões e simulados no padrão SELECON — tudo num só lugar. Aponte a câmera do celular para o QR Code ou clique nele.

QUERO O PREPARATÓRIO COMPLETO →

https://praticandomatematica.com/cursos-cp/completo-guarda-sao-goncalo?utm_source=lowticket

Conteúdo cobrado neste simulado

Os simulados de revisão final cobram **todo o edital** na proporção real da prova, com mais peso nos assuntos que a SELECON mais cobra. Ao longo dos 30 simulados, a dificuldade varia: os primeiros são de aquecimento, a maioria fica no padrão da banca e alguns ficam acima dela. Este simulado: **Nível padrão SELECON**.

Bloco	Assuntos cobrados (e números das questões)
Bloco I **Língua Portuguesa** questões 1 a 15	• Interpretação e compreensão de textos, gêneros e tipologia textual (q. 1, 2, 3, 4) • Tipos de discurso, variação linguística e funções da linguagem (q. 15) • Reescrita de frases e adequação da linguagem (manutenção de sentido e correção) (q. 9) • Correspondência oficial — Manual de Redação da Presidência da República (pronomes de tratamento, padrão ofício, fechos, atributos) (q. 14) • Sintaxe — termos da oração, período composto por coordenação e por subordinação, orações reduzidas (q. 7) • Concordância verbal e nominal (q. 13) • Crase (q. 12) • Pontuação (vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, travessão, aspas) (q. 10) • Classes de palavras I — substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronomes e verbos (emprego de tempos e modos) (q. 8) • Formação de palavras, relações semânticas (sinonímia, antonímia, polissemia, homonímia/paronímia, sentido no contexto) e figuras de linguagem (q. 5) • Coesão textual (referenciação, retomada, conectivos e seus valores) (q. 6) • Ortografia (Novo Acordo), fonética/fonologia (encontros, dígrafos, sílaba tônica) e acentuação gráfica (q. 11)
Bloco II **Noções de Direito** questões 16 a 35	• Constitucional — princípios fundamentais (arts. 1º a 4º) (q. 19) • Constitucional — direitos e deveres individuais e coletivos e remédios (art. 5º) (q. 18) • Constitucional — direitos sociais, nacionalidade e direitos políticos (arts. 6º a 16) (q. 20) • Constitucional — organização do Estado: União, Estados, DF e Municípios (arts. 18 a 31) (q. 21) • Constitucional — Administração Pública e servidores públicos (arts. 37 a 41) (q. 17) • Constitucional — segurança pública (art. 144) (q. 16) • Penal — aplicação da lei penal (tempo, espaço) e conflito aparente de normas (q. 27) • Penal — teoria do crime (fato típico, dolo/culpa, tentativa, consumação, ilicitude, culpabilidade, imputabilidade) (q. 22, 23) • Penal — crimes contra a pessoa (Parte Especial) (q. 26) • Penal — crimes contra o patrimônio (Parte Especial) (q. 25) • Penal — crimes contra a dignidade sexual, a fé pública, a Administração Pública e a Administração da Justiça (q. 24) • Proc. Penal — inquérito policial (notícia do crime, instauração, investigação, indiciamento, direitos do investigado) (q. 28) • Proc. Penal — prisões processuais (flagrante, preventiva e temporária) (q. 29, 30) • Proc. Penal — Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/1995) (q. 31) • Administrativo — ato administrativo (requisitos, atributos, classificação, extinção: anulação, revogação, cassação) (q. 32) • Administrativo — poderes administrativos e poder de polícia; uso e abuso de poder (q. 33) • Administrativo — agentes públicos, regime jurídico, responsabilidades e PAD (q. 34) • Administrativo — improbidade administrativa (Lei 8.429/1992, com a Lei 14.230/2021) (q. 35)
Bloco III **Legislação Extravagante** questões 36 a 50	• Abuso de autoridade (Lei 13.869/2019) (q. 43, 50) • Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) (q. 45) • Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) (q. 39, 40) • Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) (q. 42, 49) • Crimes hediondos (Lei 8.072/1990) (q. 47) • Tortura (Lei 9.455/1997) (q. 48) • ECA — crimes (Lei 8.069/1990) (q. 44) • Crimes ambientais (Lei 9.605/1998) (q. 41) • Organizações criminosas (Lei 12.850/2013) e Lei Antifacção (Lei 15.358/2026) (q. 46) • CTB — Sistema Nacional de Trânsito, normas de circulação, infrações, penalidades e medidas administrativas (q. 36, 37) • CTB — crimes de trânsito (arts. 291 a 312-B) (q. 38)
Bloco IV **Conhecimentos Específicos** questões 51 a 70	• Lei 13.022/2014 — natureza e princípios das guardas (arts. 1º a 3º) (q. 51) • Lei 13.022/2014 — competência geral e competências específicas (arts. 4º e 5º) (q. 52, 53) • Lei 13.022/2014 — criação, efetivo, investidura e capacitação (arts. 6º a 12) (q. 54) • Lei 13.022/2014 — controle, prerrogativas, porte, representatividade e vedações (arts. 13 a 23) (q. 55) • Lei 13.675/2018 (Susp) — disposições preliminares e princípios (arts. 1º a 4º) (q. 56) • Lei 13.675/2018 (Susp) — diretrizes, objetivos, estratégias, meios e instrumentos da PNSPDS (arts. 5º a 8º) (q. 57)

	• Lei 13.675/2018 (Susp) — composição, integrantes e funcionamento do Susp (arts. 9º a 18) (q. 58) • Lei 13.675/2018 (Susp) — conselhos, planos, Sinesp, controle, transparência e valorização profissional (arts. 19 a 50) (q. 59) • Lei Municipal 1.625/2026 (Estatuto da GM-SG) — natureza, princípios, competências e grupamentos (q. 60, 61) • Lei Municipal 1.625/2026 — requisitos de ingresso, concurso e curso de formação (q. 62) • Lei Municipal 1.625/2026 — carreira, promoções e jornada (q. 63) • Lei Municipal 1.625/2026 — direitos, vantagens, RAS, adicionais, férias e concessões (q. 64) • Lei Municipal 1.625/2026 — regime disciplinar e disposições finais (q. 65) • Lei Municipal 1.416/2022 (Estatuto dos Servidores de SG) — cargos, concurso, posse, exercício, estágio probatório, provimento, vacância, remoção e redistribuição (q. 66) • Lei Municipal 1.416/2022 — vencimento, remuneração e vantagens (q. 67) • Lei Municipal 1.416/2022 — férias, licenças, afastamentos, concessões e direito de petição (q. 68) • Lei Municipal 1.416/2022 — regime disciplinar: deveres, proibições, responsabilidades e penalidades (q. 69) • Lei Municipal 1.416/2022 — sindicância, processo disciplinar, revisão e seguridade social (q. 70)
Bloco V **Informática** questões 71 a 80	• Conceitos de informática — hardware e software (q. 73) • Windows 10 (q. 75) • Processadores de texto — Word e LibreOffice Writer (q. 74) • Planilhas — Excel e LibreOffice Calc (q. 71, 72) • Apresentações — PowerPoint e LibreOffice Impress (q. 80) • Redes de computadores (q. 76) • Internet, intranet, navegadores e ferramentas de busca (q. 77) • Correio eletrônico, webmail e ferramentas de colaboração (q. 79) • Segurança da informação (ameaças, golpes, proteção, backup, criptografia e assinatura digital) (q. 78)

Como fazer: resolva na ordem que preferir (muitos candidatos começam por Conhecimentos Específicos, que têm peso 2), não deixe questão em branco e controle o tempo: em média, 3 minutos por questão.

BLOCO I
Língua Portuguesa
Questões 1 a 15

Leia o texto a seguir para responder às questões 1 a 10.

Texto I — O engarrafamento que ninguém causou

Todo motorista já viveu a cena: o trânsito para por vários minutos, avança devagar e, de repente, desfaz-se sem que se veja acidente, obra ou semáforo. Nenhum obstáculo explica a demora. Para quem está ao volante, fica a impressão de que alguém, lá na frente, fez alguma coisa errada. Os especialistas chamam esse fenômeno de congestionamento fantasma, e a explicação para ele está menos no asfalto do que no comportamento de quem dirige.

Tudo começa com uma freada. Imagine uma via movimentada, com carros próximos uns dos outros. Um motorista se distrai com o celular, percebe tarde que se aproximou demais do veículo da frente e pisa no freio com mais força do que seria necessário. O carro de trás, por precaução, freia um pouco mais forte ainda; o seguinte faz o mesmo. Basta um pequeno atraso na reação de cada motorista para que o efeito se multiplique. Em poucos segundos, uma redução de velocidade quase imperceptível transforma-se, algumas dezenas de carros atrás, em parada completa.

O curioso é que essa perturbação se comporta como uma onda. Enquanto os carros seguem para a frente, a região de lentidão se desloca para trás, no sentido contrário ao do fluxo, e pode persistir por muito tempo depois que o motorista que a provocou já foi embora. Quem chega ao ponto parado encontra apenas o efeito; a causa ficou quilômetros adiante, e ninguém a vê.

A hipótese foi testada num experimento que se tornou famoso. Pesquisadores japoneses colocaram pouco mais de vinte carros para circular, em velocidade moderada, numa pista circular, sem nenhum obstáculo. Os motoristas receberam uma única instrução: manter velocidade constante. Ainda assim, depois de alguns minutos, pequenas variações individuais se acumularam, e um ponto de parada surgiu e passou a girar pela pista, no sentido oposto ao dos veículos. O resultado mostrou que o congestionamento pode nascer do próprio fluxo, sem nenhuma causa externa.

Se a causa está no comportamento, parte da solução também está. Manter distância segura do carro da frente dá ao motorista tempo para reduzir a velocidade aos poucos, em vez de frear bruscamente. Evitar trocas constantes de faixa impede que o fluxo seja interrompido a todo momento. Estudos mais recentes indicam ainda que veículos com sistemas automáticos de controle de velocidade, programados para acelerar e frear com suavidade, podem amortecer essas ondas.

Nada disso elimina os engarrafamentos causados pelo excesso de carros ou por ruas mal planejadas, nem dispensa o investimento em transporte coletivo. Mas a física das ondas de trânsito ensina uma lição que vale para além da estrada: em sistemas em que todos dependem de todos, um gesto pequeno e apressado pode custar caro a quem vem depois.

Texto elaborado especialmente para este simulado.

1

O assunto central do Texto I é:

(A) o perigo do uso do celular por motoristas em vias movimentadas

(B) a construção de pistas circulares para testar novos veículos

(C) a substituição dos motoristas por carros totalmente automáticos nas rodovias

(D) a origem e o comportamento dos congestionamentos sem obstáculo aparente

2

Segundo o 3º parágrafo do Texto I, a região de lentidão:

(A) acompanha os carros no mesmo sentido do fluxo e se desfaz logo em seguida, sem deixar efeitos

(B) permanece parada no ponto em que ocorreu a primeira freada

(C) desloca-se para trás, no sentido contrário ao do fluxo, e pode persistir por muito tempo

(D) desaparece assim que o motorista que a provocou reduz a velocidade

3

De acordo com o 4º parágrafo do Texto I, no experimento realizado pelos pesquisadores japoneses, os motoristas foram orientados a:

(A) frear bruscamente sempre que o carro da frente reduzisse a velocidade

(B) trocar de faixa para evitar a formação de pontos de parada

(C) acelerar ao máximo nos trechos em que a pista estivesse livre

(D) manter velocidade constante durante o percurso na pista circular

4

Na organização do Texto I, o 5º parágrafo tem como função principal:

(A) relatar o experimento que comprovou a existência do fenômeno

(B) apresentar atitudes e recursos capazes de reduzir o problema descrito

(C) criticar o planejamento das ruas, apontado como causa dos engarrafamentos

(D) definir o termo “congestionamento fantasma” para o leitor

5

A substituição da palavra destacada mantém o sentido do trecho do Texto I em:

(A) “pode persistir por muito tempo” (3º parágrafo) — insistir

(B) “podem amortecer essas ondas” (5º parágrafo) — eliminar

(C) “em vez de frear bruscamente” (5º parágrafo) — repentinamente

(D) “uma redução de velocidade quase imperceptível” (2º parágrafo) — imprevisível

6

No início do 3º parágrafo do Texto I, a expressão “essa perturbação” retoma:

(A) a distração do motorista que usava o celular

(B) a redução de velocidade que se amplia de carro em carro

(C) a parada provocada por um acidente na via movimentada

(D) a instrução dada aos motoristas no experimento feito no Japão

7

No período “Os motoristas receberam uma única instrução: manter velocidade constante.” (4º parágrafo do Texto I), a oração destacada classifica-se como subordinada substantiva:

(A) objetiva direta

(B) apositiva

(C) completiva nominal

(D) predicativa

8

No trecho “Imagine uma via movimentada, com carros próximos uns dos outros.” (2º parágrafo do Texto I), a forma verbal destacada está flexionada no:

(A) presente do indicativo

(B) presente do subjuntivo

(C) imperativo afirmativo

(D) futuro do subjuntivo

9

No 4º parágrafo do Texto I, lê-se: “Os motoristas receberam uma única instrução: manter velocidade constante. Ainda assim, depois de alguns minutos, pequenas variações individuais se acumularam”.

A expressão “Ainda assim” pode ser substituída, sem alteração do sentido do trecho, por:

(A) Apesar disso

(B) Por isso

(C) Além disso

(D) Desse modo

10

No período “Quem chega ao ponto parado encontra apenas o efeito; a causa ficou quilômetros adiante, e ninguém a vê.” (3º parágrafo do Texto I), o ponto e vírgula e a vírgula antes de “e” foram empregados, respectivamente, para:

(A) introduzir uma explicação do que foi dito e isolar um adjunto adverbial deslocado

(B) separar os itens de uma enumeração longa e marcar a omissão de um verbo já expresso

(C) separar orações coordenadas e separar orações aditivas com sujeitos diferentes

(D) introduzir a fala de outra pessoa e separar o sujeito do verbo da oração

11

Está grafada de acordo com a norma-padrão a palavra destacada em:

(A) A ambulância teve excessão para circular pelo acostamento

(B) O motorista acreditava ter o previlégio da faixa da esquerda

(C) A obra na pista foi o principal impecilho para o fluxo

(D) A paralisação do trânsito durou quase uma hora

12

O acento grave indicativo de crase está empregado de acordo com a norma-padrão em:

(A) À medida que o fluxo aumenta, cresce o risco de freadas bruscas

(B) Os carros circulavam à 30 km/h na pista circular usada no experimento

(C) A lentidão começou à partir do viaduto do Barro Vermelho

(D) O texto fez referência à uma pesquisa feita no Japão

13

A concordância verbal está de acordo com a norma-padrão em:

(A) Surgiu, depois de alguns minutos, vários pontos de parada na pista

(B) Deve existir outras causas para os engarrafamentos da cidade

(C) Os motoristas, assim como o pesquisador, ficou surpreso com o resultado

(D) Trata-se de pequenas variações que se acumulam ao longo da pista

14

O Comandante da Guarda Municipal redigiu o ofício a seguir, dirigido a uma desembargadora do Tribunal de Justiça, autoridade tratada por Vossa Excelência. Alguns parágrafos foram marcados com algarismos romanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GUARDA MUNICIPAL
OFÍCIO Nº 58/2026/CMD/GM

São Gonçalo, 9 de junho de 2026.

A Sua Excelência a Senhora
[Nome]
Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Assunto: Campanha de trânsito seguro nas escolas.

Senhora Desembargadora,

I 1. Comunico a Vossa Excelência que a Guarda Municipal apoiará a campanha de trânsito seguro nas escolas do Mutuá.

II 2. Conforme vossa solicitação, os agentes chegarão às escolas uma hora antes do início das atividades.

III 3. Caso Vossa Excelência necessiteis de outras informações, nossa equipe permanece à disposição.

IV 4. Vossa Excelência será informado, até sexta-feira, sobre a escala da equipe designada.

Respeitosamente,

[NOME]
Comandante da Guarda Municipal

Documento fictício elaborado para este simulado.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª ed., 2018), está correto o parágrafo:

(A) I, que emprega o pronome de tratamento adequado à destinatária

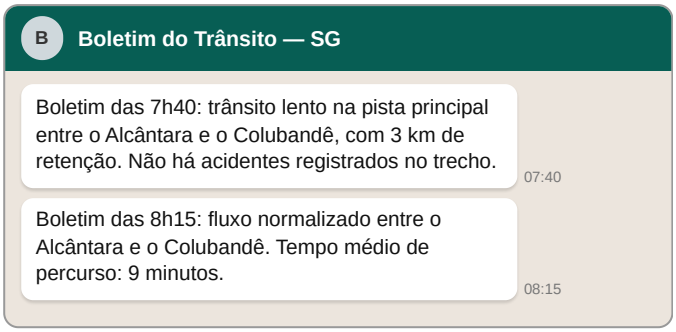
(B) II, que faz a concordância do possessivo com o pronome de tratamento

(C) III, que faz a concordância do verbo com o pronome de tratamento

(D) IV, que faz a concordância do particípio com o pronome de tratamento

15

Observe as mensagens a seguir, enviadas por um serviço de informações de trânsito.



Conversa fictícia elaborada para este simulado.

Nas mensagens, predomina a função da linguagem:

(A) conativa, pois as mensagens dão ordens aos motoristas para que mudem de rota

(B) referencial, pois as mensagens informam de modo objetivo sobre a situação do trânsito

(C) emotiva, pois as mensagens expressam a irritação de quem as escreveu com a lentidão

(D) poética, pois as mensagens exploram sobretudo a sonoridade e o ritmo das palavras

BLOCO II
Noções de Direito
Questões 16 a 35

16

Guardas municipais em patrulhamento no Jardim Catarina prenderam em flagrante um homem que vendia porções de drogas numa praça e o apresentaram na delegacia da Polícia Civil. Nas redes sociais, a vereadora Niceia criticou a ocorrência, afirmando que "tráfico de drogas é assunto exclusivo da Polícia Federal".

Nos termos do art. 144, § 1º, II, da Constituição Federal de 1988, cabe à polícia federal:

(A) reprimir, com exclusividade, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins em todo o território nacional

(B) apenas prevenir o tráfico ilícito de entorpecentes, cabendo a sua repressão exclusivamente às polícias civis

(C) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, sem prejuízo da ação de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência

(D) reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes somente quando houver requisição do Ministério Público Federal

17

As despesas com pessoal do Município de São Gonçalo ultrapassaram o limite fixado na lei complementar de finanças públicas. Para reduzi-las, o Prefeito anunciou que começaria pela exoneração de servidores estáveis de setores considerados "menos essenciais".

Nos termos dos arts. 41 e 169 da Constituição Federal de 1988, antes que um servidor estável possa perder o cargo por excesso de despesa com pessoal, o Município deverá:

(A) submetê-lo a processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa

(B) aguardar o resultado de duas avaliações periódicas de desempenho insuficientes, na forma de lei complementar

(C) reduzir as despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exonerar os servidores não estáveis

(D) colocá-lo em disponibilidade, com remuneração integral, por cinco anos

18

Uma lei municipal determinou que o contribuinte multado só poderia questionar a multa na Justiça depois de esgotar todos os recursos administrativos na Prefeitura.

Nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário:

(A) lesão ou ameaça a direito

(B) lesão a direito, desde que esgotada a via administrativa

(C) apenas a lesão já consumada a direito

(D) ameaça a direito, salvo em matéria de multas

19

Um vereador apresentou projeto de lei que proibia, nas praças de São Gonçalo, qualquer palestra ou debate promovido por grupos "com ideias contrárias às da maioria da Câmara", permitindo apenas eventos de entidades alinhadas à visão política predominante no Município.

Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal de 1988, o projeto afronta diretamente:

(A) a soberania, que garante ao Município decidir livremente quais ideias podem circular em seu território

(B) o pluralismo político, que assegura a convivência de ideias, opiniões e convicções diversas na sociedade

(C) a independência nacional, que protege o País contra a influência de ideias estrangeiras

(D) o pluripartidarismo, que se limita a garantir a existência de vários partidos políticos registrados

20

Três brasileiros naturalizados que vivem em São Gonçalo têm planos para a carreira pública: Ludovina, eleita vereadora, pretende candidatar-se à Presidência da Câmara Municipal de São Gonçalo; Teobaldo, formado em Relações Internacionais, quer ingressar na carreira diplomática; e Ximena, desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi indicada para o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, cujos demais requisitos preenche.

Considerando apenas o requisito da nacionalidade, nos termos do art. 12, § 3º, da Constituição Federal de 1988, podem alcançar o cargo pretendido:

(A) Ludovina e Ximena, apenas

(B) Teobaldo e Ximena, apenas

(C) Ximena, apenas

(D) Ludovina, Teobaldo e Ximena

21

Em outubro de 2026, os eleitores fluminenses escolheram o novo Governador do Estado do Rio de Janeiro; em outubro de 2028, os eleitores de São Gonçalo escolherão o novo Prefeito do Município.

Nos termos dos arts. 28 e 29 da Constituição Federal de 1988, na redação vigente, o Governador eleito em 2026 e o Prefeito eleito em 2028 tomarão posse, respectivamente, em:

(A) 1º de janeiro de 2027 e 1º de janeiro de 2029

(B) 6 de janeiro de 2027 e 1º de janeiro de 2029

(C) 5 de janeiro de 2027 e 6 de janeiro de 2029

(D) 6 de janeiro de 2027 e 5 de janeiro de 2029

22

Para comemorar a vitória de seu time, Jucemar disparou vários tiros de revólver na direção de uma rua movimentada do Vista Alegre. Um amigo o alertou de que ele poderia acertar alguém, e Jucemar respondeu: "Se acertar, azar o dele", e continuou atirando. Um dos projéteis atingiu e matou um pedestre que Jucemar nem conhecia.

Nos termos do art. 18 do Código Penal, quanto à morte do pedestre, Jucemar agiu com:

(A) dolo direto

(B) culpa consciente

(C) dolo eventual

(D) culpa inconsciente

23

Fardado e de serviço em uma praça do Porto da Madama, o policial militar Reinério viu dois homens desarmados espancarem um adolescente amarrado a um poste. Armado e sem nenhum risco desproporcional para si, ele poderia ter interrompido as agressões, mas decidiu não fazer nada, porque não simpatizava com o rapaz. O adolescente morreu em razão dos golpes.

Nos termos do Código Penal, Reinério:

(A) responde por omissão de socorro, com a pena triplicada pela morte

(B) responde pelo resultado morte, pois tinha por lei o dever de proteção e podia agir para evitá-lo

(C) não responde por crime algum, pois não causou a morte por meio de uma ação

(D) responde apenas por prevaricação, por ter deixado de praticar ato de ofício por sentimento pessoal

24

Jonatas, preso preventivamente, foi levado a um hospital no Alcântara para atendimento médico, sob a escolta do policial penal Hidelbrando. Por descuido, Hidelbrando deixou as algemas de Jonatas frouxas e se afastou para tomar café. Aproveitando-se disso, Telmo, irmão de Jonatas, entrou no quarto empunhando um revólver, rendeu o enfermeiro de plantão e conduziu Jonatas para fora do hospital. Os dois fugiram, e ninguém se feriu.

Nos termos do Código Penal, Telmo e Hidelbrando responderão, respectivamente, por:

(A) favorecimento pessoal, com isenção de pena por ser irmão do preso; e fuga de pessoa presa na forma culposa

(B) fuga de pessoa presa qualificada pelo emprego de arma; e fuga de pessoa presa na forma culposa

(C) fuga de pessoa presa qualificada pelo emprego de arma; e fuga de pessoa presa dolosa, praticada por quem tem a custódia

(D) fuga de pessoa presa simples; e nenhum crime, pois a culpa do custodiante não é punida

25

Em uma tarde de domingo, Lúcio subiu em um poste da rede de distribuição de energia elétrica no Jardim Catarina, cortou e levou cerca de 30 metros de cabos de cobre, que pretendia vender a um ferro-velho. Parte do bairro ficou sem luz por várias horas. Ele agiu sozinho e não houve violência ou ameaça contra ninguém.

Nos termos do Código Penal, com as alterações legislativas recentes, Lúcio praticou:

(A) furto qualificado pela subtração de cabos usados no fornecimento de energia elétrica, punido com reclusão, de 2 a 8 anos, e multa

(B) furto simples, punido com reclusão, de 1 a 6 anos, e multa

(C) furto de energia elétrica, equiparada à coisa móvel, punido com reclusão, de 1 a 4 anos, e multa

(D) dano qualificado contra o patrimônio de concessionária de serviço público, punido com detenção, de 6 meses a 3 anos, e multa

26

Irritado com a demora de Sinfrosina, vizinha de 78 anos, para atravessar a portaria do prédio onde ambos moram, no Engenho Pequeno, Ladislaw gritou para ela, diante de outros moradores: "Velha inútil e caquética, devia estar trancada num asilo!".

Nos termos do Código Penal, Ladislaw praticou:

(A) difamação, pois a ofensa foi feita na presença de terceiros

(B) injúria simples, punida com detenção, de 1 a 6 meses, ou multa, aumentada pela presença de várias pessoas

(C) injúria qualificada pela condição de pessoa idosa, punida com reclusão, de 1 a 3 anos, e multa

(D) injúria racial, prevista na Lei nº 7.716/1989

27

Sinésia, servidora da Secretaria Municipal de Educação lotada em uma escola municipal no Rocha, usou o crachá funcional, que lhe dava livre acesso ao prédio fora do horário de aula, para entrar à noite no laboratório de informática, cujos equipamentos não estavam sob sua guarda, e subtraiu dez notebooks pertencentes ao Município. A conduta parece amoldar-se, ao mesmo tempo, ao furto (art. 155) e ao peculato-furto (art. 312, § 1º).

Para resolver esse conflito aparente de normas e aplicar apenas o peculato, utiliza-se o princípio da:

(A) consunção

(B) subsidiariedade

(C) especialidade

(D) alternatividade

28

A advogada Genoveva compareceu à delegacia do Rocha para examinar os autos de um inquérito, ainda em andamento, que apura um estelionato atribuído a Rosálio, que a procurou na véspera, mas ainda não lhe outorgou procuração. O inquérito não está sob sigilo. O escrivão recusou o acesso, alegando que, sem procuração, a advogada não poderia ver os autos.

Nos termos do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994), a recusa do escrivão:

(A) foi correta, pois o exame de autos de inquérito sempre depende de procuração do investigado

(B) foi correta, pois o inquérito é sigiloso por natureza e só o juiz pode franquear seu acesso

(C) foi correta, pois o advogado só tem acesso aos autos depois do indiciamento formal do cliente

(D) foi indevida, pois o advogado pode examinar, mesmo sem procuração, autos de inquérito sem sigilo

29

Às 2 horas da madrugada de um domingo, policiais civis que faziam diligências na orla de Gradim reconheceram Pâmela, contra quem havia mandado de prisão preventiva em aberto, caminhando pela calçada. Um dos policiais teve dúvida se a prisão poderia ser efetuada naquele dia e horário.

Nos termos do art. 283, § 2º, do Código de Processo Penal, a prisão:

(A) só pode ser efetuada em dias úteis, durante o horário de expediente forense

(B) só pode ser efetuada entre 6 e 18 horas, por se tratar de cumprimento de mandado

(C) depende de nova autorização judicial, por ser cumprida fora do horário de expediente forense

(D) pode ser efetuada em qualquer dia e hora, respeitada a inviolabilidade do domicílio

30

Lídia foi denunciada por roubo simples cometido em Itaúna, e a denúncia já foi recebida pelo juiz. Durante a instrução, o Ministério Público tomou conhecimento de que ela estaria ameaçando testemunhas e, para garantir a coleta das provas, requereu ao juiz a decretação de sua prisão temporária por 5 dias.

Nos termos da Lei nº 7.960/1989, o requerimento:

(A) não pode ser deferido, pois a temporária só cabe durante o inquérito policial, e não na fase processual

(B) pode ser deferido, pois o roubo está no rol de crimes que admitem a prisão temporária e há risco às testemunhas

(C) pode ser deferido, mas a prisão deverá durar 30 dias, prorrogáveis por igual período

(D) pode ser deferido de ofício pelo juiz, ainda que o MP não o tivesse requerido

31

Ibrantina foi denunciada oralmente no Juizado Especial Criminal, em São Gonçalo, por desacato a uma guarda municipal (detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa). Aberta a audiência de instrução e julgamento e frustrada nova tentativa de conciliação, o procedimento seguiu para a fase seguinte.

Nos termos da Lei nº 9.099/1995, antes de o juiz decidir se recebe ou não a denúncia:

(A) o Ministério Público deve ratificar a denúncia por escrito

(B) a acusada deve ser interrogada

(C) devem ser ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação

(D) deve ser dada a palavra ao defensor para responder à acusação

32

Em 2017, Ulmira, servidora de uma autarquia federal, apresentou um diploma falso de pós-graduação para obter uma gratificação de titulação, que passou a receber mensalmente. A fraude só foi descoberta em 2026, quando a autarquia instaurou processo administrativo, com contraditório e ampla defesa, para anular a concessão.

Nos termos do art. 54 da Lei nº 9.784/1999, a anulação do ato que concedeu a gratificação:

(A) não é mais possível, pois o prazo de cinco anos, contado da percepção do primeiro pagamento, já se esgotou

(B) não é mais possível, pois atos favoráveis ao servidor só podem ser revogados, e não anulados

(C) só pode ser feita pelo Poder Judiciário, já que se passaram mais de cinco anos da concessão

(D) ainda é possível, pois a comprovada má-fé da beneficiária afasta o prazo decadencial de cinco anos

33

Durante a fiscalização do comércio ambulante, um guarda municipal comentou com um colega que, por estar perto do fim do plantão, preferia "abrir mão" do seu poder de fiscalizar e deixar de autuar um vendedor flagrado sem licença.

Considerando a natureza dos poderes administrativos, é correto afirmar que eles são:

(A) poderes-deveres, irrenunciáveis, de modo que a omissão do agente, quando a lei exige a atuação, também é ilícita

(B) faculdades pessoais do agente, que pode renunciar a elas quando entender conveniente

(C) prerrogativas renunciáveis, desde que a renúncia seja comunicada à chefia imediata

(D) poderes absolutos, que podem ser exercidos sem limites legais sempre que o agente invocar o interesse público

34

Emerentina, servidora pública federal regida pela Lei nº 8.112/1990, dirigia um veículo oficial em serviço quando, por imprudência, atingiu o carro de um particular. A União foi condenada a indenizar a vítima e agora examina como cobrar de Emerentina o valor pago.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, tratando-se de dano causado a terceiros, a servidora responderá:

(A) diretamente perante a vítima, de forma objetiva, independentemente de dolo ou culpa

(B) solidariamente com a União, perante a vítima, mesmo sem ter agido com culpa

(C) apenas na esfera administrativa, com pena de advertência, sem dever de ressarcir

(D) perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, por ter agido com culpa

35

Com recursos do orçamento de comunicação do Município, um Prefeito fluminense contratou dezenas de outdoors e anúncios em redes sociais com a sua foto, o seu nome e o slogan "a cidade que ele transformou", apresentando as obras públicas como realizações pessoais. Ficou provado que ele agiu dolosamente, para enaltecer a própria imagem.

Nos termos da Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, essa conduta está expressamente tipificada como ato de improbidade que:

(A) importa enriquecimento ilícito, pois o Prefeito obteve vantagem política com a propaganda

(B) causa lesão ao erário, independentemente de comprovação de perda patrimonial efetiva

(C) atenta contra os princípios da Administração Pública, por usar a publicidade oficial para a promoção pessoal do agente

(D) não configura improbidade, pois a publicidade dos atos do Município é dever constitucional

BLOCO III
Legislação Extravagante
Questões 36 a 50

36

Weslei, de 17 anos e 10 meses, morador do bairro Coelho, quer começar logo o processo de habilitação para dirigir motocicleta e procurou um guarda municipal para saber o que a lei exige do candidato. Nos termos do art. 140 do Código de Trânsito Brasileiro, são requisitos para a habilitação:

(A) ter concluído o ensino fundamental e apresentar comprovante de residência no Município

(B) ser maior de 21 anos, não ter antecedentes criminais e apresentar comprovante de renda

(C) ser penalmente imputável e apresentar título de eleitor e certificado de quitação militar

(D) ser penalmente imputável, saber ler e escrever e possuir Carteira de Identidade ou equivalente

37

Numa ação educativa no bairro Paraíso, o guarda municipal Adeildo explicou a moradores que estacionar sobre a calçada prejudica pedestres, cadeirantes e o mobiliário urbano. Um morador pediu a definição legal. Nos termos do Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro, calçada é a:

(A) parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica

(B) parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres

(C) parte da via diferenciada da pista de rolamento, destinada à parada ou ao estacionamento de veículos em caso de emergência e, quando não houver local apropriado, a pedestres e bicicletas

(D) estrutura construída como separador de duas pistas de rolamento, eventualmente substituída por marcas viárias no pavimento

38

Descendo em alta velocidade uma ladeira do bairro Estrela do Norte com sua bicicleta, que estava com os freios gastos, Sinvaldo atropelou um pedestre que atravessava a rua, causando-lhe a morte. Não houve dolo. Considerando o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, Sinvaldo responde por homicídio culposo:

(A) na direção de veículo automotor (CTB, art. 302), com detenção de 2 a 4 anos

(B) na direção de veículo automotor (CTB, art. 302), com aumento de 1/3 à metade

(C) do Código Penal (art. 121, § 3º), pois a bicicleta não é veículo automotor

(D) do Código Penal, desde que haja representação da família da vítima

39

Ao ouvir Francinete, vítima de agressões do ex-marido, Jailson, um delegado de São Gonçalo decidiu colocá-la frente a frente com ele, na mesma sala, para uma "acareação", e passou a perguntar sobre relacionamentos amorosos anteriores dela, sem relação com os fatos. Nos termos da Lei nº 11.340/2006, essa inquirição:

(A) foi regular, pois a acareação entre vítima e investigado é obrigatória nos crimes de violência doméstica

(B) foi regular, desde que a vítima tenha sido acompanhada por advogado durante todo o ato

(C) violou a lei apenas quanto às perguntas, pois o contato com o investigado é permitido se houver policial ou advogado na sala

(D) violou as diretrizes legais que vedam o contato direto com o investigado e os questionamentos sobre a vida privada

40

Lucicleide, vítima de violência sexual praticada pelo companheiro, chegou de madrugada a um hospital público de São Gonçalo, levada por guardas municipais. Uma enfermeira afirmou que só poderia oferecer a contracepção de emergência depois que ela registrasse ocorrência e que o companheiro fosse ouvido. Nos termos da Lei nº 11.340/2006, a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar:

(A) depende do prévio registro de boletim de ocorrência, sem o qual a unidade de saúde não pode fornecer medicamento algum

(B) limita-se ao encaminhamento ao Instituto Médico Legal para o exame de corpo de delito

(C) inclui a contracepção de emergência apenas se houver autorização judicial em medida protetiva

(D) compreende o acesso à contracepção de emergência e à profilaxia de infecções sexualmente transmissíveis e da AIDS

41

Numa fiscalização conjunta com o órgão ambiental num galpão do bairro Guaxindiba, guardas municipais encontraram dezenas de tambores de agrotóxicos e solventes industriais armazenados por Valmiro sem licença, sem identificação e em desacordo com as exigências das normas ambientais e sanitárias, alguns já vazando para o solo. Nos termos da Lei nº 9.605/1998, armazenar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências legais, é crime punido com:

(A) reclusão de 1 a 4 anos e multa

(B) detenção de 3 meses a 1 ano e multa

(C) detenção de 6 meses a 1 ano, ou multa

(D) reclusão de 3 a 6 anos e multa

42

Genivaldo, vigilante de uma empresa de segurança privada que presta serviço a um shopping no bairro Alcântara, queria levar para casa, no fim de semana de folga, o revólver que usa no trabalho. Nos termos do art. 7º do Estatuto do Desarmamento, as armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada:

(A) são de propriedade, responsabilidade e guarda da empresa e somente podem ser utilizadas quando em serviço

(B) são de propriedade do vigilante, que pode portá-las em serviço e fora dele, em todo o território nacional

(C) podem ser levadas para casa pelo vigilante, desde que fiquem desmuniciadas durante a folga

(D) são registradas em nome do vigilante no Comando do Exército, com porte válido apenas no Estado

43

Numa execução de dívida de R$ 20 mil, a juíza Hildete determinou o bloqueio de R$ 2 milhões nas contas da empresa devedora. A empresa demonstrou nos autos, com documentos, o evidente excesso. Por antipatia ao sócio da empresa, a juíza manteve o bloqueio integral e disse a servidores que queria "dar uma lição" nele. Nos termos da Lei nº 13.869/2019, a conduta da juíza:

(A) é atípica, pois a fixação do valor bloqueado decorre da livre convicção do magistrado

(B) configura o crime de decretar prisão em manifesta desconformidade com as hipóteses legais

(C) configura crime, punido com detenção de 1 a 4 anos e multa, por manter bloqueio exacerbado demonstrado pela parte

(D) configura apenas infração disciplinar, pois a lei de abuso de autoridade não pune atos praticados em processo civil

44

Num sábado, o agente Rosivaldo levou à delegacia, "para averiguação", um adolescente de 15 anos encontrado numa praça do bairro Barro Vermelho, sem que houvesse flagrante de ato infracional ou ordem judicial. O delegado de plantão, Avani, recebeu o adolescente e, por capricho, não comunicou a apreensão ao juiz nem à família. Na segunda-feira, o juiz Marivaldo tomou conhecimento da apreensão e de sua ilegalidade, mas, sem justa causa, só ordenou a liberação dois dias depois. Nos termos do ECA, Rosivaldo, Avani e Marivaldo praticaram, respectivamente, os crimes dos arts.:

(A) 230, 231 e 234

(B) 232, 231 e 230

(C) 230, 234 e 231

(D) 231, 230 e 232

45

Às 3h, guardas municipais apresentaram na delegacia do bairro Alcântara Josemar, abordado com duas pedras de crack destinadas ao próprio consumo, sem qualquer indício de venda. Não havia juiz de plantão disponível naquele momento. O delegado pretendia mantê-lo na cela até a manhã seguinte, para levá-lo ao fórum. Nos termos da Lei nº 11.343/2006, a autoridade policial deve:

(A) lavrar o auto de prisão em flagrante por porte de droga e arbitrar fiança, liberando-o se pagar

(B) manter Josemar detido até a apresentação ao juiz, já que não há magistrado disponível no momento

(C) lavrar termo circunstanciado e colher o compromisso de comparecimento ao juízo, vedada a detenção

(D) liberá-lo sem qualquer registro, pois o porte de droga para consumo pessoal deixou de ser ilícito

46

Arlindete está presa preventivamente em processo por integrar organização criminosa que atuava no bairro Jardim Catarina. A instrução já dura 120 dias, e o juiz, diante da complexidade da causa — dezenas de réus, perícias contábeis e cartas precatórias —, quer prorrogá-la. Nos termos da Lei nº 12.850/2013, a instrução criminal com réu preso:

(A) não pode exceder 120 dias, improrrogáveis, devendo Arlindete ser solta ao término do prazo

(B) não pode exceder 120 dias, prorrogáveis em até igual período por decisão fundamentada na complexidade da causa ou em fato procrastinatório do réu

(C) não tem prazo máximo previsto em lei, cabendo ao juiz fixá-lo livremente conforme a conveniência da instrução e o número de réus do processo

(D) deve ser concluída em 90 dias, prorrogáveis por mais 270 dias, como no inquérito da Lei Antifacção

47

Durante um plantão no bairro Neves, guardas municipais apoiaram a Polícia Civil em quatro ocorrências. Nos termos da Lei nº 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de:

(A) extorsão simples, praticada por telefone com ameaça de divulgar fotos íntimas da vítima

(B) lesão corporal de natureza grave, praticada contra um comerciante numa briga de trânsito

(C) furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, com arrombamento da porta de uma loja

(D) extorsão mediante restrição da liberdade da vítima da qual resultou a morte dela

48

Para descobrir onde Nailde, presa em flagrante por tráfico, escondera o restante da droga, dois agentes públicos a levaram para uma sala sem câmeras e a espancaram com cassetetes por quase uma hora, causando-lhe intenso sofrimento físico. Nailde não revelou nada, e a droga nunca foi encontrada. Nos termos da Lei nº 9.455/1997, os agentes respondem por:

(A) tentativa de tortura, pois a finalidade de obter a informação não foi alcançada

(B) constrangimento ilegal, pois sem a obtenção da informação não se configura a tortura-prova

(C) tortura-prova consumada, com a pena aumentada de 1/6 até 1/3 por serem agentes públicos

(D) tortura-prova consumada, com a pena aumentada de metade por ser a vítima pessoa presa

49

Valdirene mantinha em casa, no bairro Mutuá, um revólver de uso permitido cujo registro, regularmente obtido, estava vencido havia dois anos. Certo dia, levou o revólver na bolsa até a casa da irmã, no bairro Galo Branco, e foi abordada por guardas municipais no caminho. Considerando o Estatuto do Desarmamento e o entendimento do STJ, a manutenção da arma em casa e o seu transporte na bolsa configuram, respectivamente:

(A) irregularidade administrativa e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

(B) posse irregular de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

(C) irregularidade administrativa nas duas situações, pois a arma tinha registro, ainda que vencido

(D) posse irregular de arma de fogo e irregularidade administrativa, por ter o registro sido obtido

50

Servidora responsável por um procedimento administrativo disciplinar, Eliete informou falsamente ao chefe do investigado que o processo já havia concluído pela culpa dele, apenas para prejudicá-lo numa promoção. Nos termos da Lei nº 13.869/2019, prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo, com o fim de prejudicar interesse de investigado, é crime punido com:

(A) reclusão de 2 a 5 anos e multa

(B) detenção de 6 meses a 2 anos e multa

(C) detenção de 1 a 4 anos, sem multa

(D) apenas sanção administrativa

BLOCO IV

Conhecimentos Específicos

Questões 51 a 70

51

Durante um incêndio num galpão de materiais recicláveis vizinho a uma creche municipal do Barro Vermelho, a guarda municipal Evarista priorizou retirar as crianças e as funcionárias e amparar uma cozinheira com falta de ar até a chegada do socorro, deixando para depois o isolamento do galpão. Na semana seguinte, ao saber que os moradores evitavam a Praça do Rocha à noite por medo de assaltos, ela passou a fazer rondas a pé no local, em horários alternados, para que os roubos não chegassem a acontecer. Nos termos da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), as duas condutas de Evarista refletem, respectivamente, os princípios mínimos de:

(A) patrulhamento preventivo; preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas

(B) preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; patrulhamento ostensivo

(C) proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; patrulhamento preventivo

(D) preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; patrulhamento preventivo

52

Gelsomina, inspetora da guarda municipal, apresentou a uma turma de novos guardas três trechos do Estatuto Geral, sem dizer de qual artigo vinha cada um: (1) "uso progressivo da força"; (2) "proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município"; (3) "interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades". Nos termos da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), os trechos (1), (2) e (3) correspondem, respectivamente, a:

(A) competência específica; competência geral; princípio mínimo de atuação

(B) princípio mínimo de atuação; competência específica; competência geral

(C) competência geral; princípio mínimo de atuação; competência específica

(D) princípio mínimo de atuação; competência geral; competência específica

53

Iberê, guarda municipal, deteve em flagrante um homem que acabara de roubar o celular de uma estudante na saída de uma escola municipal do Mutuá. Enquanto preservava o local e se preparava para encaminhar o autor ao delegado de polícia, chegaram ao ponto, em momentos diferentes, uma equipe de agentes de trânsito do Município, uma conselheira tutelar, uma equipe da guarda municipal de uma cidade vizinha e uma viatura da Polícia Militar. Nos termos da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), o dever da guarda de prestar todo o apoio à continuidade do atendimento surge diante do comparecimento:

(A) dos agentes de trânsito do Município, por serem integrantes operacionais do Susp

(B) do Conselho Tutelar, por envolver vítima adolescente na saída da escola

(C) da Polícia Militar, órgão previsto nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal

(D) da guarda municipal da cidade vizinha, por ser congênere da guarda que atendeu a ocorrência

54

Ao examinar o curso de formação da guarda municipal, um auditor do controle interno do Município apontou como irregular o fato de a coordenação ter acrescentado à matriz curricular nacional da Senasp disciplinas sobre a legislação municipal e o patrulhamento escolar, por entender que a matriz nacional deveria ser seguida sem nenhuma alteração. Itagiba, coordenador do curso, foi chamado a se manifestar. Nos termos da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), para fins da capacitação específica exigida para o exercício das atribuições da guarda, a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp):

(A) poderá ser adaptada

(B) deverá ser adotada integralmente, sem adaptações

(C) é vedada às guardas municipais, por ser destinada às polícias

(D) só poderá ser usada mediante convênio com a Polícia Militar

55

Um guarda municipal foi acusado de abandonar o posto de serviço durante o plantão numa unidade de saúde. Nathércia, servidora da Prefeitura, quis saber qual órgão da guarda deve cuidar do caso e qual é a finalidade desse órgão segundo a lei federal. Nos termos da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), o controle interno das guardas municipais é exercido por corregedoria, naquelas com efetivo superior a 50 servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para:

(A) apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro

(B) receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões e elogios da população

(C) processar e julgar os crimes praticados por guardas municipais em serviço

(D) analisar a alocação e a aplicação dos recursos públicos da segurança municipal

56

Pedrelina, secretária municipal de segurança, criou uma cerimônia anual para homenagear guardas que se destacaram no atendimento à população, com menção em boletim e registro nos assentamentos funcionais. Ao justificar o projeto, citou um princípio da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Nos termos da Lei nº 13.675/2018, é princípio da PNSPDS a proteção, a valorização e o(a):

(A) promoção automática dos profissionais de segurança pública

(B) reconhecimento dos profissionais de segurança pública

(C) estabilidade imediata dos profissionais de segurança pública

(D) isenção disciplinar dos profissionais de segurança pública

57

Petrina, guarda municipal lotada na coordenação de ensino, participa de um grupo de trabalho que reúne as escolas de formação das polícias, dos bombeiros e das guardas do Estado para alinhar conteúdos e cargas horárias mínimas dos cursos, respeitadas as particularidades de cada região. Nos termos da Lei nº 13.675/2018, é objetivo da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social estimular, quanto à formação, à capacitação e à qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, a:

(A) privatização

(B) militarização

(C) centralização exclusiva na União

(D) padronização

58

Zamir, assessor de captação de recursos da secretaria municipal de segurança, preparava um projeto para obter verbas federais destinadas à compra de equipamentos para a guarda. Ele precisou identificar os dois fundos federais cujos critérios de aplicação de recursos, segundo a Lei do Susp, são disciplinados em regulamento. Nos termos da Lei nº 13.675/2018, regulamento disciplinará os critérios de aplicação de recursos do:

(A) Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo Partidário

(B) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Saúde (FNS)

(C) Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen)

(D) Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

59

Na abertura de uma conferência de segurança pública que reuniu, em São Gonçalo, moradores, profissionais da área e representantes do poder público, Eloá, presidente de uma associação de moradores do Paraíso, ouviu um participante propor que o encontro aproveitasse a ocasião para escolher o novo comandante da guarda e aprovar o orçamento da segurança municipal. Ela discordou, lembrando que a lei define para que servem essas conferências. Nos termos da Lei nº 13.675/2018, deverão ser realizadas conferências a cada 5 (cinco) anos para:

(A) eleger os comandantes das instituições de segurança pública dos entes federados

(B) debater as diretrizes dos planos nacional, estaduais e municipais de segurança pública e defesa social

(C) aprovar o orçamento anual dos órgãos e das instituições integrantes do Susp

(D) julgar, em última instância, os recursos contra as decisões das corregedorias e das ouvidorias de segurança pública

60

Durante patrulhamento planejado no centro comercial de Alcântara, uma equipe do Grupamento Armado presenciou a tentativa de furto de uma bolsa e interveio de imediato. Minutos depois, a mesma equipe foi chamada, pelo rádio, para uma briga generalizada em uma praça próxima, também incluída na área delimitada. O guarda Temístocles questionou se o grupamento poderia atender ocorrências que não estavam previstas no planejamento do dia.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, o Grupamento Armado atua, mediante planejamento prévio, no patrulhamento eminentemente preventivo e no atendimento:

(A) apenas das ocorrências previamente registradas no planejamento operacional

(B) das ocorrências com que se deparar ou para as quais for solicitado

(C) apenas das ocorrências para as quais for acionado pela Polícia Militar

(D) das ocorrências que envolvam exclusivamente bens públicos municipais

61

Durante a Operação Verão, a Polícia Militar e a Polícia Civil montaram um plano integrado para a segurança da orla do Gradim nos fins de semana e convidaram a Guarda Municipal de São Gonçalo a participar com rondas preventivas nas praças municipais da orla e com o repasse de informações às equipes policiais. O guarda municipal Lisandro questionou se a corporação poderia tomar parte em uma operação planejada pelas polícias.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, ao participar dessa operação, a Guarda Municipal exerce a competência de:

(A) assumir o comando da operação, por ser realizada no território do Município

(B) subordinar-se ao comando policial como força auxiliar da Polícia Militar

(C) substituir as polícias na repressão aos crimes praticados nas áreas municipais

(D) colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas

62

Agenora, candidata ao concurso para Guarda Municipal II, leu no Estatuto, logo após os dispositivos sobre requisitos de ingresso e antes das regras do cargo de Psicólogo, uma previsão sobre a estrutura de saúde da própria corporação.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, a Guarda Municipal de São Gonçalo terá:

(A) corpo de saúde próprio, conforme lei

(B) hospital militar próprio, vinculado à Polícia Militar

(C) atendimento de saúde exclusivo pela rede privada conveniada

(D) corpo de saúde subordinado à Secretaria de Estado de Saúde

63

Auricélio, Guarda Municipal de 2ª Classe, recebeu sua primeira avaliação semestral e quis saber se ela serviria apenas para ordenar os servidores numa lista ou se também poderia excluí-lo de uma promoção.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, a avaliação semestral tem caráter:

(A) apenas classificatório

(B) classificatório e eliminatório

(C) apenas eliminatório

(D) meramente informativo, sem efeito na promoção

64

Na discussão de um decreto sobre o adicional de produtividade da Guarda Municipal de São Gonçalo, surgiram três propostas:

(1) fixar o adicional em até 120% do vencimento base para os guardas com melhor desempenho;

(2) calcular o adicional com base na UFISG, para que fosse atualizado automaticamente;

(3) manter o pagamento do adicional ao guarda Eufrosino durante sua licença para tratamento de saúde.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, as propostas (1), (2) e (3) são, respectivamente:

(A) incompatível; incompatível; incompatível

(B) compatível; incompatível; incompatível

(C) incompatível; compatível; incompatível

(D) incompatível; incompatível; compatível

65

Na base da Guarda Municipal no Porto da Pedra, uma moradora pediu informações sobre como solicitar o apoio da guarda para uma festa comunitária na praça do bairro e sobre os documentos necessários. O guarda Diolino, responsável pelo atendimento naquele dia, respondeu que não era obrigado a dar informações e que ela procurasse na internet.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, em relação ao atendimento ao público, é dever do servidor da Guarda Municipal:

(A) prestar informações apenas mediante requerimento escrito dirigido ao Inspetor Geral

(B) prestar informações somente aos moradores cadastrados no conselho comunitário do bairro

(C) prestar quaisquer informações solicitadas, inclusive as sigilosas, em nome da transparência

(D) atender o público com presteza, prestando informações, ressalvadas as sigilosas

66

Amarílio, de 66 anos, aposentou-se voluntariamente há 2 anos, como servidor estável da Prefeitura de São Gonçalo, e teve deferida a reversão no interesse da Administração, a seu pedido, para cargo vago. Antes de reassumir, ele quis saber: (1) se continuará recebendo os proventos junto com a remuneração do cargo; (2) quanto tempo precisará permanecer no cargo para ter os proventos recalculados pelas regras atuais; (3) se um colega aposentado de 71 anos poderia obter a mesma reversão.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.416/2022, as respostas às perguntas (1), (2) e (3) são, respectivamente:

(A) sim, acumulará proventos e remuneração; pelo menos 2 anos; sim, se houver cargo vago

(B) não, receberá a remuneração do cargo em substituição aos proventos; pelo menos 2 anos; não

(C) não, receberá a remuneração do cargo em substituição aos proventos; pelo menos 5 anos; não

(D) sim, acumulará proventos e remuneração; pelo menos 5 anos; sim, se houver cargo vago

67

O setor de pagamento da Prefeitura de São Gonçalo analisou três situações do servidor Noêmio:

(1) somadas as diárias de uma viagem a serviço, os valores pagos a ele ultrapassariam, em um mês, a remuneração do Prefeito;

(2) ele contratou empréstimo bancário e pediu, por escrito, que as parcelas fossem descontadas em folha;

(3) chegou ordem judicial de penhora de parte do seu vencimento para pagamento de pensão alimentícia ao filho.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.416/2022, nas situações (1), (2) e (3), respectivamente:

(A) as diárias são cortadas no que exceder o teto; o desconto é vedado; a penhora é vedada

(B) as diárias não entram no teto; o desconto é vedado; a penhora é vedada

(C) as diárias são cortadas no que exceder o teto; o desconto é possível; a penhora é possível

(D) as diárias não entram no teto; o desconto é possível; a penhora é possível

68

Na biblioteca central da Prefeitura de São Gonçalo, unidade em que trabalham 30 servidores, 3 estão em gozo de licença-prêmio. A servidora Iolanda, que completou o quinquênio sem nenhum fato impeditivo, requereu, com a antecedência devida, a sua licença-prêmio para o mesmo período.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.416/2022, o pedido de Iolanda, para esse período:

(A) deve ser atendido, pois basta respeitar o limite de 1/5 da lotação, ainda não atingido

(B) deve ser atendido, pois a licença-prêmio não está sujeita a limite de gozo simultâneo

(C) não pode ser atendido, pois o gozo simultâneo é limitado a 10% dos servidores da unidade

(D) só pode ser atendido se Iolanda converter metade da licença em dinheiro

69

Às vésperas das eleições municipais, Bartolomeu, chefe de um setor da Secretaria Municipal de Obras de São Gonçalo, passou a pressionar os servidores subordinados a se filiarem ao partido político de sua preferência, insinuando que quem se recusasse teria as escalas pioradas. Apurada a conduta, verificou-se que era a primeira infração de Bartolomeu e que não havia circunstância que justificasse pena mais grave.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.416/2022, a penalidade prevista para essa infração é a de:

(A) suspensão de até 90 dias

(B) advertência

(C) demissão

(D) destituição de cargo em comissão

70

Após a aplicação de suspensão ao servidor Inaldo, surgiram documentos novos capazes de demonstrar sua inocência, e ele requereu a revisão do processo disciplinar. Inaldo quer saber onde tramitará o pedido, de quanto tempo a comissão revisora disporá para concluir os trabalhos e quem fará o julgamento.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.416/2022, as respostas são, respectivamente:

(A) em processo autônomo; 30 dias; o Prefeito, em qualquer caso

(B) em apenso ao processo originário; 120 dias; o Prefeito, em qualquer caso

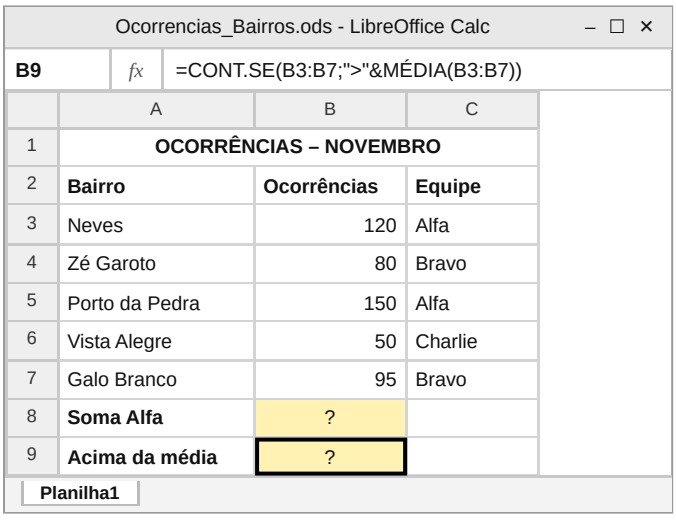
(C) em apenso ao processo originário; 60 dias; a autoridade que aplicou a penalidade

(D) em processo autônomo; 60 dias; a comissão revisora

BLOCO V
Informática
Questões 71 a 80

71

A guarda Rosalvina registrou no LibreOffice Calc, em português, as ocorrências de cinco bairros e a equipe responsável por cada um, como mostra a figura. Em B8, inseriu a fórmula =SOMASE(C3:C7;"Alfa";B3:B7) e, em B9, a fórmula que aparece na barra de fórmulas.



Os valores exibidos em B8 e B9 são, respectivamente:

(A) 120 e 2

(B) 2 e 2

(C) 270 e 99

(D) 270 e 2

72

A guarda Vandira vai importar para o Excel 2016 BR um arquivo com o registro de todos os chamados recebidos pela central nos últimos anos, e o técnico perguntou se uma única planilha comportaria os dados. Ela consultou os limites da grade de cada planilha do Excel 2016, em sua configuração padrão.

O número de linhas de uma planilha do Excel 2016 e o endereço da última coluna são, respectivamente:

(A) 65.536 linhas — coluna IV

(B) 1.048.576 linhas — coluna XFD

(C) linhas ilimitadas — coluna ZZZ

(D) 1.048.576 linhas — coluna IV

73

No computador da central de monitoramento, o técnico identificou três componentes de memória: a memória cache embutida no processador; o SSD em que ficam gravados o sistema operacional e as imagens das câmeras; e a memória ROM (flash) da placa-mãe, que guarda o firmware.

Quanto à classificação em memória principal (primária) ou secundária, a cache, o SSD e a ROM são, respectivamente:

(A) secundária, principal e secundária

(B) principal, secundária e principal

(C) principal, principal e secundária

(D) secundária, secundária e principal

74

A guarda Bertolina apagou por engano um parágrafo de um relatório e, em seguida, desfez a exclusão com Ctrl + Z. Mudou de ideia e quer agora refazer a ação desfeita — apagando de novo o parágrafo —, usando o teclado. Ela faz isso primeiro no Word 2016 BR e, depois, numa cópia do arquivo aberta no LibreOffice Writer, ambos em português e na configuração padrão.

Os atalhos que refazem a ação desfeita no Word e no Writer são, respectivamente:

(A) Ctrl + Y e Ctrl + R

(B) Ctrl + Z e Ctrl + Y

(C) Ctrl + R e Ctrl + R

(D) Ctrl + R e Ctrl + Y

75

O guarda Ilídio organiza, no Explorador de Arquivos do Windows 10, a pasta com as fotos e os relatórios em PDF de uma operação. Ele quer:

(1) ver, no lado direito da janela, o conteúdo do arquivo selecionado, sem abri-lo no programa correspondente, usando um atalho de teclado;

(2) depois, nesse mesmo lado da janela, ver as propriedades do arquivo selecionado, como o tamanho e a data de modificação.

O recurso usado em (1), com o seu atalho, e o recurso usado em (2) são, respectivamente:

(A) painel de navegação (Alt + P) — painel de detalhes

(B) painel de detalhes (Alt + P) — painel de visualização

(C) painel de visualização (Alt + P) — painel de detalhes

(D) painel de visualização (Alt + P) — barra de status

76

Na instalação da nova base da Guarda Municipal no Boaçu, o técnico Marçal ligou os computadores ao switch com cabos de par trançado UTP e conectou o aparelho de telefone fixo da recepção à tomada da linha telefônica.

Os conectores usados no cabo de rede par trançado e no cabo do telefone fixo são, respectivamente:

(A) RJ-11 e RJ-45

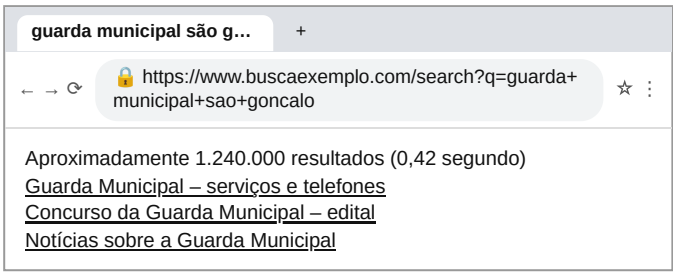
(B) BNC e RJ-11

(C) RJ-45 e RJ-11

(D) USB-C e RJ-45

77

O guarda Cleomar pesquisou, num mecanismo de busca aberto no Google Chrome, a expressão guarda municipal são gonçalo, e em menos de um segundo recebeu milhares de resultados, ordenados por relevância, como mostra a figura.



Os mecanismos de busca conseguem responder tão rapidamente porque:

(A) robôs (crawlers) percorrem a Web previamente e indexam o conteúdo das páginas, e os resultados são ordenados por relevância

(B) os servidores DNS guardam uma cópia de todas as páginas da Internet e a entregam ao navegador

(C) os cookies do navegador registram as páginas que existem na Web e as exibem como resultado

(D) o protocolo FTP transfere todas as páginas da Web para o computador do usuário no momento da pesquisa

78

A rede da Prefeitura passou a contar com um servidor intermediário entre os computadores dos servidores municipais e a Internet. Ele guarda em cache as páginas mais acessadas, para que abram mais rápido, bloqueia o acesso a sites proibidos pela política de uso e registra a navegação de cada usuário.

Esse servidor intermediário denomina-se:

(A) IDS

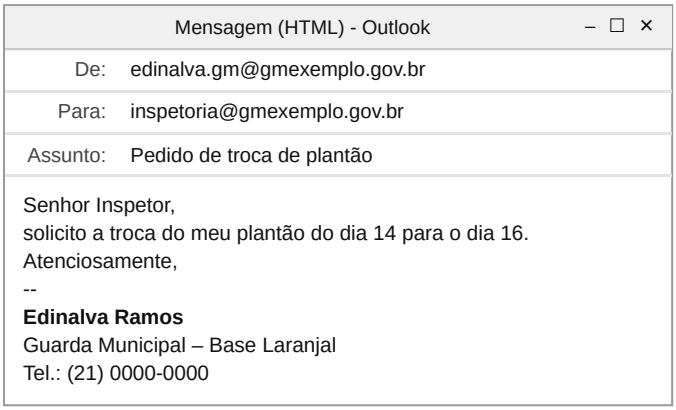
(B) proxy

(C) antispam

(D) VPN

79

A guarda Edinalva configurou no Outlook 2016 um bloco de texto com seu nome, cargo e telefone, que passou a ser inserido automaticamente no fim de todas as mensagens que ela escreve, como mostra a figura.



O bloco inserido automaticamente ao final da mensagem é a:

(A) assinatura de e-mail, que não garante a autenticidade nem a integridade da mensagem

(B) assinatura digital, que garante a autenticidade, a integridade e o não repúdio da mensagem

(C) assinatura de e-mail, que garante a autenticidade, por ser inserida pelo próprio programa

(D) assinatura digital, que torna a mensagem confidencial, cifrando o seu conteúdo

80

A guarda Esmeralda tem, no PowerPoint 2016 BR, uma apresentação de 30 slides sobre educação no trânsito, usada em palestras para adultos. Para uma visita a uma escola do Laranjal, ela quer exibir apenas os slides 3, 8, 12 e 20, nessa ordem, sem excluir nem ocultar nenhum slide e mantendo, no mesmo arquivo, a apresentação completa pronta para as palestras de adultos.

O recurso adequado e a guia em que ele se encontra são:

(A) Apresentação de Slides Personalizada, na guia Apresentação de Slides

(B) Ocultar Slide, na guia Apresentação de Slides

(C) Classificação de Slides, na guia Exibir

(D) Slide Mestre, na guia Exibir

FIM DO CADERNO DE QUESTÕES

FOLHA DE RESPOSTAS · REVISÃO FINAL 25

NOME

DATA

Preencha completamente a bolinha da alternativa escolhida. Depois confira com o gabarito rápido do Gabarito Comentado.

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D	61	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D	62	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D	63	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D	64	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D	65	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D	66	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D	67	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D	68	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D	69	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D	70	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D	71	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D	72	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D	73	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D	74	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D	75	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D	76	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D	77	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D	78	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D	79	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D	80	A	B	C	D

Disciplina	Questões	Acertos	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	15		× 1	
Noções de Direito	20		× 1	
Legislação Extravagante	15		× 1	
Conhecimentos Específicos	20		× 2	
Informática	10		× 1	
TOTAL	**80**			**/ 100**

Terminou o simulado? Agora confira o gabarito comentado.

Cada questão traz a resolução passo a passo, a análise de todas as alternativas e uma dica de prova. E, se quiser se preparar com método até o dia da prova, o caminho está logo abaixo.

Praticando Concursos

PREPARATÓRIO COMPLETO

Guarda Municipal de São Gonçalo
a preparação completa até a aprovação

Aponte a câmera do celular para o QR Code ou clique nele

- Videoaulas de todas as disciplinas do edital
- Monitoria para tirar suas dúvidas
- Banco de questões e simulados no padrão SELECON
- Toda a experiência de preparação para a GM-SG em um só lugar

ACESSAR O PREPARATÓRIO COMPLETO →

https://praticandomatematica.com/cursos-cp/completo-guarda-sao-goncalo?utm_source=lowticket